



Simpósio de Integração Acadêmica

Inteligência Artificial: A Nova Fronteira da Ciência Brasileira
SIA UFV Virtual 2020



POLÍTICAS ECONÔMICAS ADOTADAS NO BRASIL DE 1995 A 2018 E SUA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA: Ambiguidade Ideológica e a Ideologia Constitucionalmente Adotada

Universidade Federal de Viçosa
Departamento de Direito

Maria Eduarda Olímpio Lopes / Graduanda/ Departamento de Direito UFV/ maria.olimpio@ufv.br
Davi Augusto Santana de Lelis/ Professor Orientador/ Departamento de Direito UFV/ davilelis@gmail.com

Área do Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais/ Área temática: Direito/ Categoria do Trabalho: Pesquisa

Palavras-chave: Constituição de 1988; Constituição Econômica; Política econômica; ambiguidade; ideologia constitucionalmente adotada

Introdução

A pesquisa consiste na análise das políticas econômicas implementadas pelos governos FHC, Lula, Dilma e Temer, no período de 1995 a 2018, e sua relação com a Constituição Econômica. Verifica-se que a Constituição de 1988 recepciona uma pluralidade ideológica, que permite políticas voltadas tanto para o aspecto financeiro neoliberal como para o viés econômico social. Assim, a Constituição Econômica assume postura Dirigente, de concretização dos direitos e garantias fundamentais, contemplando também a possibilidade da Constituição Dirigente Invertida, preocupada com os aspectos financeiros da política econômica. Para concretizar o texto constitucional enquanto dispositivo uno, as ações estatais devem passar pelo filtro hermenêutico da ideologia constitucionalmente adotada que ressignifica, no texto constitucional, os fundamentos das ideologias econômicas puras.

Objetivos

O objetivo geral do trabalho é analisar como as políticas econômicas dos governos FHC, Lula, Dilma e Temer se enquadram dentro da ordem vigente da Constituição Econômica e se cumprem a ideologia constitucionalmente adotada. Com os objetivos específicos pretende-se: (i) identificar as disposições da Constituição Econômica (a ambiguidade presente no texto e o filtro da ideologia constitucionalmente adotada); (ii) descrever o contexto e a trajetória das políticas econômicas de 1995 a 2018 e; (iii) verificar se e como elas se enquadram no objetivo constitucional de promoção da busca pelo desenvolvimento.

Material e Métodos

Os materiais utilizados advêm de revisão bibliográfica, a partir de método dialético, com procedimento teórico e abordagem qualitativa, decorrente de enfoque conceitual e histórico. Procedimentalmente o trabalho toma em análise as opções políticas adotadas pelos governos, em contraste com a norma constitucional, verificando se foram recepcionadas pela Constituição de 1988 e se sim, como é possível a efetivação de divergentes ações estatais.

Resultados e Discussão

Comprova-se que a Constituição Econômica recepciona a ambiguidade ideológica e, portanto, políticas econômicas de distintos vieses. Assim, são abrigadas atuações econômicas dicotômicas que podem representar, entre si, rupturas na trajetória das políticas estatais. A prevalência de uma ideologia ou outra é possível desde que haja ressignificação jurídica pelo filtro da ideologia constitucionalmente adotada. Entretanto, distante do que determina a Constituição Dirigente, no período analisado, por influência de ideologias puras, não foi implementado, no Brasil, o projeto desenvolvimentista estabelecido no texto constitucional.

Conclusões

Conclui-se que mesmo sendo recebidas pela Constituição Econômica, as políticas econômicas do período analisado não implementaram processo de desenvolvimento por completo no Brasil, falhando, assim, em desempenhar a ideologia constitucionalmente adotada e em alcançar os objetivos dirigentes da Constituição de 1988.